

Projeto de Pesquisa para Bolsa de Pós-Doutorado

INVESTIGAÇÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS DE UMA MORAL ECONÔMICA

Submetido à FFLCH/USP

Por

Nobuiuki Costa Ito

Instituição: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo,

Departamento de Filosofia

Supervisor: Edécio Gonçalves de Souza

Outubro de 2016

RESUMO

O debate sobre o status científico da teoria econômica recai, muitas vezes, no debate entre teorias positivas e normativas. Na teoria positiva, a objetividade é característica para demarcação, enquanto a presença de julgamento de valores distingue as teorias normativas. Há consenso entre economistas que a teoria econômica positiva é uma realidade. Entretanto, neste projeto, coloco a tese de que a dita teoria econômica positiva carrega um fundamento moral (julgamento de valores) inerente ao seu problema fundador e não revelado, pelo menos de forma explícita; o que chamo de moral econômica. Os fundamentos da Filosofia Moral encontrados no Utilitarismo e *Kantianismo* sustentam a argumentação. Espera-se que as investigações e reflexões propostas nesta pesquisa possam contribuir não apenas para o esclarecer o papel da moral na teoria econômica, mas também para ampliar entendimentos nos campos da Filosofia da Ciência e Filosofia Moral.

1 ENUNCIADO DO PROBLEMA

Há um longo debate sobre a teoria econômica como positiva e/ou normativa (Blaug, 1999). Tal debate, frequentemente, encontra fundamentos na filosofia da ciência, na dicotomia entre “ser” e “dever ser”, isto é, entre fatos e valores, respectivamente. Dessa forma, alega-se que a Ciência Econômica possui uma teoria positiva, pela construção de modelos e investigações objetivas dos fatos. Ademais, argumenta-se que há também uma faceta normativa, influenciada por julgamentos morais (valores), mas informada pela teoria positiva. Ainda que haja pontos de dissonâncias na dicotomia “ser-dever ser”, a literatura sobre a Economia como ciência positiva manifesta consensos nos seus principais aspectos. Entretanto, neste projeto, coloco a tese de que a dita teoria econômica positiva carrega um fundamento moral (julgamento de valores) inerente ao seu problema fundador e não revelado, pelo menos de forma explícita; o que chamo de moral econômica. Portanto, não há análise econômica positiva sem um julgamento moral subjacente e *a priori*, como uma moral própria, como pretende-se investigar.

A Filosofia da Moral é assunto já tratado no campo da Economia (Hausman & McPherson, 1996). Neste debate filosófico acerca da moral nas ações dos agentes econômicos, os pressupostos do comportamento humano desempenham papel central das investigações. Segundo Hausman e McPherson (1996, p. 45), o tipo racionalidade formada pelos pressupostos do comportamento humano funcionam como um cavalo de troia, introduzindo elementos éticos na teoria positiva em Economia. Neste projeto, estamos de acordo com as raízes da moralidade na Economia, entretanto, o foco não recai apenas nos axiomas do comportamento humano presentes na teoria ou no realismo do modelo de escolha racional. O objetivo é revelar explicitamente uma moral econômica, a fim de determinar o que é fim e quais são os meios da atividade econômica. Economistas são neutros em relação aos

resultados das decisões, pois consideram apenas a eficiência (otimização) e a obtenção do máximo de riquezas (Robbins, 1935). A relação entre a estrutura teórica da teoria econômica positiva e o tipo de decisão que tipicamente produz (do ponto de vista moral) é, portanto, o foco da investigação.

2 DESAFIOS FILOSÓFICOS E MEIOS PARA SUPERÁ-LOS

Para desenvolver o argumento da tese central proposta, é necessário esclarecer os principais pontos da teoria econômica positiva. Este passo inicial serve para delimitar as fronteiras da investigação, bem como demarcar a alegada ausência de julgamentos morais desta análise econômica particular. Como delimitação específica para este projeto, e tendo em vista a simplificação dos argumentos, foca-se em apenas uma parcela da teoria microeconômica neoclássica, nos seus aspectos básicos e introdutórios, definida na próxima subseção. Após definido o ponto de partida, apresenta-se os fundamentos da Filosofia Moral, como um alicerce para a análise, servindo de bases para a reflexão sobre a teoria microeconômica, conforme segunda subseção. Após a descrição e discussão da ciência positiva na teoria econômica e os fundamentos da moral, a terceira subseção desenvolve o argumento preliminar do problema enunciado; a elaboração rudimentar de uma moral econômica.

2.1 A TEORIA MICROECONÔMICA POSITIVA

Para análise da teoria econômica positiva, o esforço está concentrado em pelo menos uma parte básica do corpo teórico denominado *neoclássico*. Este corpo teórico inicia com uma elegante e sofisticada construção por dedução lógica, iniciado por axiomas e

pressupostos sobre o comportamento humano, até chegar em funções matemáticas para explicar os comportamentos dos consumidores e dos produtores, conhecida como “lei da oferta e demanda”. Não é intenção deste projeto apresentar a evolução da teoria da teoria microeconômica ou suas demonstrações matemáticas. Assim, toma-se como dados os teoremas e leis já demonstrados e descritos em livros textos de microeconomia (Chiang & Wainwright, 2005; Snyder & Nicholson, 2008; Varian, 2006). A ideia desta subseção é ressaltar as características principais, em especial, como as intuições econômicas são representadas pela elaboração matemática. Tais intuições servem de apoio à discussão seguinte.

A elaboração teórica inicia-se pelo comportamento do consumidor, ou seja, a explicação de como consumidores de bens e serviços escolhem suas compras (ou cestas de consumo). Tal explicação baseia-se na determinação de como as pessoas estabelecem suas preferências. Com efeito, os economistas construíram uma função matemática que representasse tais preferências, a função utilidade. Como uma função matemática, foi necessário estabelecer um conjunto de elementos que “disciplinasse” o comportamento o humano, isto é, condições para o estabelecimento dessa função utilidade.

Tais condições são definidas em seis axiomas, conforme enunciados por Bekman e Costa Neto (1980, p. 56). A seguinte notação será utilizada: (i) $A \succ B$: quando A é preferível à B; (ii) $A \sim B$: quando A é indiferente à B; (iii) $A \prec B$: quando B é preferível à A; e (iv) $[A, p; B, 1 - p]$ representa uma loteria que leva ao prêmio A com a probabilidade p ou ao prêmio B com a probabilidade $1 - p$.

A1) Axioma da ordenalidade, dados os prêmios A e B, ou $A \succ B$, ou $A \sim B$, ou $A \prec B$.

A2) Axioma da transitividade, se $A \succ B$ e $B \succ C$, então $A \succ C$.

A3) Axioma da continuidade, se $A \succ B \succ C$, então existe p , $0 < p < 1$, tal que $B \sim [A, p; C, 1 - p]$.

A4) Axioma da substituibilidade, se $A \sim B$, então $[A, p; C, 1 - p] \sim [B, p; C, 1 - p]$.

A5) Axioma da redutibilidade, $[[A, p; B, 1 - p], q; B, 1 - q] \sim [A, pq; B, 1 - pq]$.

A6) Axioma da monotonicidade, se $A \succ B$, então $[A, p; B, 1 - p] \succ [A, q; B, 1 - q]$ se e somente se $p > q$.

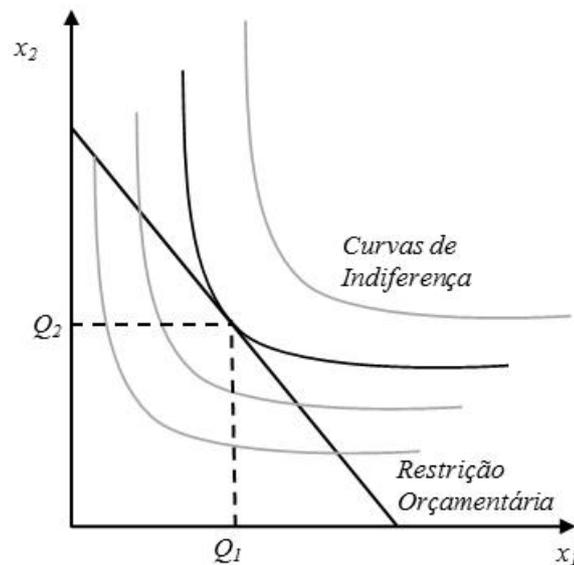


Figura 1 – Escolha do Consumidor

Fonte: adaptado de Varian (2006).

Obs. Os eixos horizontal e vertical representam os bens x_1 e x_2 , respectivamente. As curvas de indiferença são paralelas entre si. A reta demarca a restrição orçamentária. As quantidades Q_1 e Q_2 representam a escolha do consumidor na composição da cesta de consumo, para os bens x_1 e x_2 , respectivamente.

A partir da representação da escolha do consumidor, é possível também determinar a demanda de um bem. Este procedimento é realizado mantendo fixo a renda do indivíduo e o preço de um dos bens, digamos o bem x_2 , e variando o preço do outro bem, o x_1 . Dessa forma, com a mudança de preços, a quantidade de consumo do bem x_1 alterar-se-á com o tempo, dado que a cesta de consumos do indivíduo muda. O resultado dessa variação de preços é a curva de demanda do bem x_1 , que é negativamente inclinada, o que significa que a quantidade demandada do bem x_1 reduz com aumento do preço. Esta afirmação acerca da

relação entre quantidades e preços é conhecida como “lei da demanda”, que é declarada da seguinte forma: “se a demanda de um bem aumenta quando a renda aumenta, a demanda desse bem tem de diminuir quando seu preço subir” (Varian, 2006, p. 156). Há de se ressaltar que a curva de demanda é derivada de uma escolha ótima (maximizadora da utilidade). A figura 2 mostra a representação da curva de demanda.

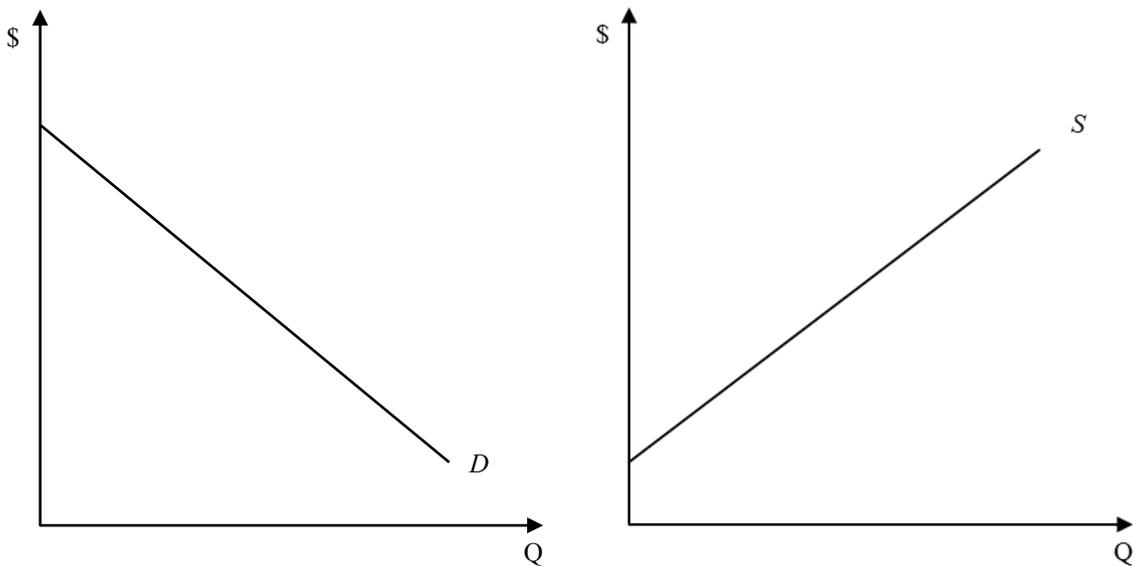


Figura 2 – Curvas de Demanda e Oferta

Fonte: adaptado de Varian (2006).

Obs. O eixo vertical, \$, representa o valor monetário, enquanto o eixo horizontal, Q, representa a quantidade. A reta *D* é a representação da curva de demanda, negativamente inclinada. A reta *S* é a representação da curva de oferta, positivamente inclinada.

A teoria do consumidor e sua “lei da demanda” é uma construção próxima dos padrões de enunciados de leis tais como ocorre nas ditas Ciências Naturais, com uma elaboração axiomatizada e logicamente deduzida. Assim, pode-se utilizar como uma referência de ciência positiva no campo da Economia. Entretanto, para obter um quadro mais completo das explicações do funcionamento do mercado pela teoria econômica neoclássica, é necessário descrever o outro lado nas trocas, o lado da oferta. As explicações da oferta são oferecidas

pela teoria da firma. A firma, na perspectiva aqui adotada, é uma função de produção; uma combinação tecnológica que transforma insumos (*inputs*) em produtos (*outputs*)¹.

A teoria da firma não possui tantas considerações sobre o comportamento dos empreendedores, que fazem decisões nas firmas; assume-se, apenas, que eles são completamente informados e que a escolha racional é aquela que maximiza o lucro. A representação desta escolha do empreendedor envolve uma série de custos de produção (por exemplo, custos de trabalho e custos de capital; ou ainda, custos médios, custos totais e custos marginais) e de receitas da venda do produto (receitas totais e receitas marginais). Matematicamente, o empreendedor racional maximiza o lucro quando o custo marginal de produção é igual à receita marginal. A elaboração matemática indica, ainda, que o ponto em que ocorre a maximização dos lucros corresponde à minimização de custos. A curva de oferta, por seu turno, corresponde ao agregado das curvas de custos marginais das firmas competindo no mercado. A curva de oferta é positivamente inclinada, indicando que o aumento da quantidade ofertada acarreta em maiores preços observados, como também mostra a figura 2.

A oferta e a demanda, portanto, são resultados de decisões maximizadoras dos indivíduos, seja pela utilidade na formação de cestas de consumo, seja pelo lucro máximo. O mercado, por definição, é o local em que estas duas curvas, demanda e oferta, se encontram ou onde as trocas econômicas ocorrem. O ponto de encontro da demanda e oferta define um preço e uma quantidade para estas trocas, representado na figura 4. Este resultado, de fato, é um ponto de equilíbrio cujo mecanismo principal de explicação é a concorrência, em que a firma obtém lucro econômico igual à zero. O papel da concorrência, portanto, é enfatizado pelos economistas, já que é um mecanismo autônomo capaz de guiar a atividade econômica para seu estado ótimo, como enfatiza Stigler (1983, p. 6):

¹ Para simplificar a discussão, a teoria da firma será apresentada de maneira ainda mais breve.

Concorrência tem sido a maior força na organização da produção e na determinação dos preços e rendimentos, e a teoria econômica tem dado importância proporcional ao conceito. [...] Na vida econômica, concorrência não é uma meta: é um meio de organizar a atividade econômica para atingir a meta. O papel econômico da concorrência é disciplinar os vários participantes da vida econômica para fornecer os bens e serviços de forma hábil e menos custosa.²

O papel disciplinador da concorrência ocorre quando os bens são homogêneos (similaridade entre os bens oferecidos por firmas diferentes), as firmas são tecnologicamente idênticas e não há barreiras de entrada ou saída (custos para iniciar ou abandonar a atividade produtiva do bem). Na prática, a lógica da concorrência indica que quando há preços (= receitas marginais) acima de custos marginais, ocasionado por um excesso de demanda, outras firmas têm incentivos para ocupar espaço no mercado, dado que os lucros econômicos são positivos. As sucessivas entradas move o mercado para um ponto de equilíbrio em que preços se igualam aos custos marginais, isto é, ponto em que não há mais incentivos para a entrada. Quando o contrário ocorre, preços de equilíbrio acima de custos marginais, as firmas têm prejuízo, o que provoca a saída de algumas e até o preço e quantidade de equilíbrio serem atingidos.

A concorrência é o mecanismo que faz o mercado funcionar e atingir o estado em que as decisões maximizadoras de indivíduos e empreendedores, tomadas individualmente, produzam um resultado coletivo ótimo, representado pela figura 3. A beleza deste resultado está no fato de que indivíduos auto-interessados, tomando decisões egoístas e individualmente maximizadoras nos lados da oferta e demanda, levam o mercado para uma situação em que ambos obtêm o máximo, dadas as escolhas disponíveis. Este resultado encontra o cerne do problema econômico, que é a análise do uso alternativo dos recursos escassos para atender desejos e necessidades humanas que tendem a ser ilimitados: como definir as alocações? As

² Competition has been a major force in the organization of production and the determination of prices and incomes, and economic theory has accorded commensurate importance to the concept. [...] In economic life competition is not a goal: it is a means of organizing economic activity to achieve a goal. The economic role of competition is to discipline the various participants in economic life to provide their goods and services skillfully and cheaply (STIGLER, 1983, p. 5).

teorias do consumidor e da firma formam um mercado, e a concorrência – de forma autônoma – governa a alocação de recursos para a Sociedade obter o máximo de valor da atividade produtiva.

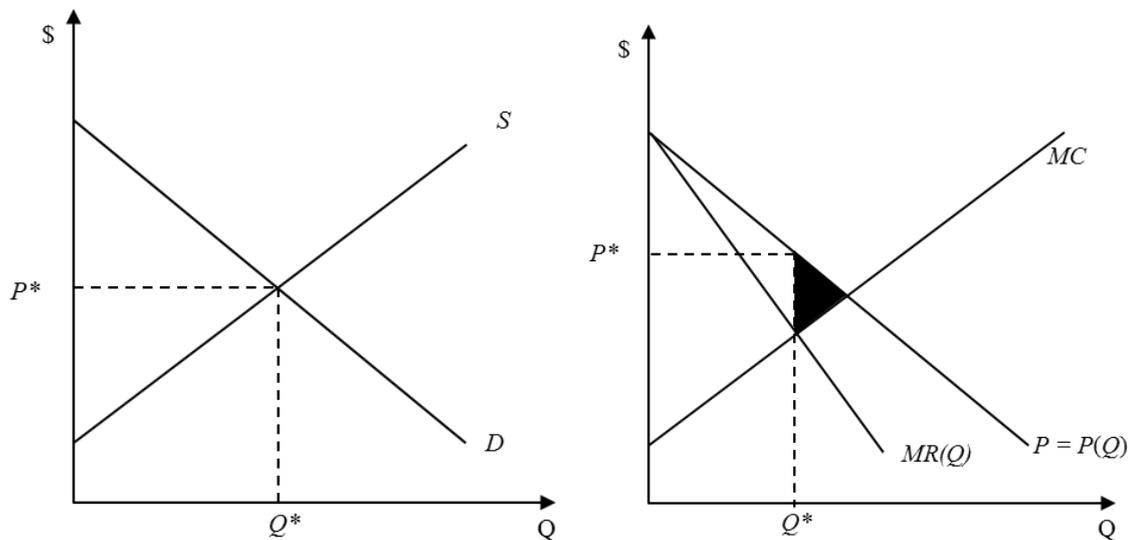


Figura 3 – Comparação do Equilíbrio na Concorrência Perfeita e no Monopólio

Fonte: adaptado de Church e Ware (2000).

Obs. O eixo vertical, \$, representa o valor monetário, enquanto o eixo horizontal, Q, representa a quantidade. Na concorrência, a reta D é a representação da curva de demanda, negativamente inclinada, e a reta S é a curva de oferta, positivamente inclinada. No monopólio, como há apenas uma firma no mercado, a oferta é dada pelo custo marginal da firma, MC , e a demanda é determinada pelo preço estabelecido por essa única firma, $P = P(Q)$. O ponto (P^*, Q^*) é o ponto de equilíbrio em ambos os casos. A reta $MR(Q)$ é a receita marginal da empresa monopolista e o equilíbrio no monopólio cria um peso morto, representado pelo triângulo preto.

O resultado da concorrência perfeita é ainda mais contundente quando comparado com o cenário de ausência da concorrência, ou seja, quando o mecanismo de alocação da concorrência falha. Este cenário corresponde ao monopólio, onde existe apenas uma firma atendendo ao mercado ou não existe concorrência. No monopólio, a solução matemática para a maximização do lucro do monopolista é um ponto de equilíbrio em que os preços são maiores, as quantidades menores e o lucro da firma é maior do que no mercado de

concorrência perfeita. A ausência de concorrência cria, então, um vazio na produção, denotado pelo triângulo preto na figura 3, que é chamado peso morto. A ideia de peso morto é que ao menos parte da Sociedade deixou de ser atendida em detrimento a maiores ganhos de um empreendedor individual, o que permite frases como “peso morto carregado pela Sociedade”. Com efeito, afirma-se que o resultado ótimo da concorrência perfeita leva ao bem-estar social, enquanto que o monopólio acarreta em perdas de bem-estar.

Estes elementos básicos são suficientes para debater uma moral subjacente aos resultados obtidos pela dita positiva na teoria microeconômica neoclássica. Para isso, alguns elementos da fundamentos da metafísica podem servir de apoio metodológico para a investigação.

2.2 OS FUNDAMENTOS DA MORAL

O assunto fundamental da Filosofia Moral repousa na investigação das características das ações certas e erradas. Em outras palavras, a questão central é: o que faz uma ação certa ou errada? Para isso, as teorias morais colocam a ação individual em análise e podem ser distinguidas em dois grandes ramos: (1) *consequencialismo*; e (2) teorias deontológicas da moral. No primeiro ramo, não é a ação em si que determina o certo e o errado (a moral está fora da ação), mas as consequências das ações. O principal representante deste primeiro ramo é o Utilitarismo. Para as teorias deontológicas, por sua vez, a moral é intrinsecamente ligada à ação, ou seja, o valor moral é a manifestação de um princípio que rege a ação e este princípio determina se a ação está certa ou errada. A Moral *Kantiana* (ou *Kantianismo*) representa esta perspectiva. Antes de iniciar uma investigação sobre a moral na teoria econômica, é necessário esclarecer alguns pontos básicos de cada escola de pensamento.

2.2.1 *Consequencialismo*

O *consequencialismo* ou o Utilitarismo foi inicialmente concebido por Jeremy Betham (2000) e, posteriormente, desenvolvido por John Stuart Mill (2009). Esta abordagem segue o princípio da máxima felicidade (ou prazer), ou máxima Utilidade, em que o valor moral de uma ação pode ser julgado pela quantidade de felicidade que sua consequência traz: a maximização da felicidade. Segundo Mill (2009, p. 14).

Utilidade, ou Princípio da Máxima Felicidade, afirma que ações são certas na proporção em que tendem a promover felicidade, e erradas na proporção em que tendem a produzir infelicidade. Por felicidade toma-se o prazer intencional, e a ausência de dor; por infelicidade, toma-se dor e a privação de prazer³.

Dessa forma, fica subjacente à teoria moral do Utilitarismo o conceito de valor e uma concepção de hierarquia de valores, que podem ser mensurados e ranqueados de alguma forma. Tal hierarquia termina em uma proporção de felicidade, em que toda a ação moral é direcionada para a criação, produção e manutenção da máxima felicidade (prazer ou ausência de dor) possível. Entretanto, é a ligação entre aquilo que é mais significativo (valor) e aquilo que deve ser feito (ação) que se apresenta como essencial para compreender o Utilitarismo.

A estrutura da teoria moral do Utilitarismo, portanto, pode ser dividida em duas partes: a teoria do valor; e a teoria da ação correta (dada a teoria do valor). Como já definido, Mill coloca a felicidade como a finalidade de ação e, assim, definindo que todas as outras coisas são, de fato, meios para atingir esta finalidade última. A teoria da ação correta se resume na escolha que maximiza o valor esperado, isto é, que maximiza a quantidade de felicidade produzida – ou que se espera produzir pela ação. O Utilitarismo sofre críticas em ambas teorias do valor e da ação correta – desafios sobre a dificuldade de definir felicidade;

³ Utility, or the Greatest Happiness Principle, holds that actions are right in proportion as they tend to promote happiness, wrong in proportion as they tend to produce the reverse of happiness. By happiness is intended pleasure, and the absence of pain; by unhappiness, pain, and the privation of pleasure (traduzido pelo autor).

questionamentos se a felicidade é realmente o valor intrínseco a ser buscado; proposição de ações consistentes com o Utilitarismo, mas com resultados controversos do ponto de vista moral. Entretanto, esta é uma perspectiva muito empregada no campo da Filosofia Moral e nas Ciências Sociais Aplicadas.

2.2.2 *Kantianismo*

Neste projeto, foca-se apenas na consideração de aspectos da metafísica da moral elaborados por Kant (2002). Seguindo Kant (2002, p. 23), ao buscar a origem dos conceitos sobre moral, segue-se um caminho que emprega uma racionalização *a priori*, isto é, livre de conhecimento empírico ou ainda não “contaminada” pela ação humana .

os conceitos morais têm sua sede e origem completamente *a priori* na razão, na razão humana mais comum tanto quanto na razão que se eleva ao alto grau de especulação; que eles não podem ser abstraídos de nenhum conhecimento empírico, e, por conseguinte puramente contingente que a pureza de sua origem é justamente o que os torna dignos de servirem de princípios práticos supremos⁴.

De fato, uma ação que obedece a um conceito puro e digno tal como descrito por Kant, não pode ser alvo de um exemplo prático e observado no mundo. Pelo contrário, este é um conceito que serve para demarcar um ponto de referência ou modelo de perfeição, inalcançável na prática.

Nem se poderia prestar pior serviço à moralidade, do que fazê-la derivar de exemplos. Porque todo exemplo, que me seja proposto, deve primeiramente ser julgado segundo os princípios da moralidade, para se poder saber se merece servir de exemplo original, isto é, de modelo; mas não pode, por forma alguma, fornecer por si só, e primariamente, o conceito de moralidade. Mesmo o Justo do Evangelho deve ser primeiramente confrontado com o nosso ideal de perfeição moral, para que possa ser reconhecido como tal; por isso, ele diz de si mesmo: ‘Por que me chamais

⁴ “all moral concepts have their seat and origin completely *a priori* reason, and indeed in the most common reason just as in reason that is speculative in the highest degree; that they cannot be abstracted from any empirical and therefore merely contingent cognitions; that just in this purity of their origins lies their dignity; so that they can serve us as supreme practical principles” (utilizada tradução de Antônio Pinto de Carvalho)

bom (a mim que vedes)? Ninguém é bom (o protótipo do bem) senão Deus (a quem não vedes)?'. Ninguém é bom (o arquétipo de bem) mas apenas Deus (a quem você não vê) [...]. Imitação não tem lugar em matéria de moralidade, e exemplos servem somente para encorajamento⁵ (Kant, 2002, p. 23).

Assim, a “doutrina da moral é primeiramente fundamentada na metafísica e após isso, quando é finalmente estabelecida, é fornecida com acesso de maior de popularidade”⁶ (Kant, 2002, p. 21). Em outras palavras, o trabalho inicial está na determinação de uma metafísica da moral, aquela que de origem na racionalização *a priori*, sem uma perspectiva da prática da moral. O conceito de metafísica, tal como colocado por Kant, expressa a metafísica como gnosiologia, focando nos princípios cognitivos que condicionam o conhecimento em dada ciência e deixando de lado o objeto dessa ciência. Na metafísica da moral, contrastando com o Utilitarismo, a ação está no centro da análise, sem consideração sobre os resultados da ação.

2.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DOS FUNDAMENTOS DE UMA MORAL ECONÔMICA

Os economistas parecem concordar que uma teoria positiva é possível no campo econômico. Nas palavras de Milton Friedman (1953, p.4), “economia positiva é em princípio independente de qualquer posição ética ou julgamentos normativos. [...] Em resumo, economia positiva é, ou pode ser, uma ciência ‘objetiva’, precisamente no mesmo senso que qualquer uma das ciências naturais”⁷. Entretanto, a tese proposta é que tal demarcação de

⁵ “Nor could one give worse advice to morality than by wanting to derive it from examples. For, every example of it represented to me must itself first be appraised in accordance with principles of morality, as to whether it is also worthy to serve as an original example, that is, as a model; it can by no means authoritatively provide the concept of morality. Even the Holy One of the Gospel must first be compared with our ideal of moral perfection before he is cognized as such; even he says of himself: why do you call me (whom you see) good? None is good (the archetype of good) but God only (who do you not see) [...]. Imitation has no place in matters of morality, and examples serve only for encouragement”. (adaptado da tradução de Antônio Pinto de Carvalho)

⁶ “the doctrine of morals is first grounded on metaphysics and afterwards, when it has been finally established, is provided with access by means of popularity” (traduzido pelo autor).

⁷ “Positive economics is in principle independent of any particular ethical position or normative judgements. [...] In short, positive economics is, or can be, an ‘objective’ science, in precisely the same sense as any of the physical sciences”

ciência positiva pode acobertar uma pedra fundamental que está fundamentada em uma moral própria, chamada de moral econômica. Por conseguinte, a moral econômica está presente na dita teoria positiva, o que tem implicações para o uso da teoria (faceta normativa; como elaboração de políticas públicas) e, especialmente, para a construção de teorias.

Para fornecer um esboço inicial da moral econômica, parte-se da concorrência perfeita, como uma estrutura de mercado extrema na qual a fragmentação e a falta de capacidade das firmas produtoras ou de compradores individuais influenciarem a dinâmica competitiva é a característica chave. Com esta estrutura de mercado, a força da concorrência produz um ponto de equilíbrio, cujo resultado é a maximização dos excedentes totais. Como a teoria econômica está ocupada com o atendimento de necessidades crescentes dos seres humanos frente aos recursos escassos existentes, esta solução competitiva oferece o máximo de produto pelo menor custo, ou seja, é uma solução não só ótima, mas também socialmente desejável.

Neste ponto, fica clara como as posições de Mill foram absorvidas pela teoria econômica neoclássica, afinal, o filósofo desempenhou importantes funções no comércio e nas políticas públicas em seu tempo. A lógica das preferências dos consumidores e a maximização da utilidade são, de fato, construções teóricas baseadas no Utilitarismo. Em outras palavras, uma pedra fundamental da teoria econômica é, de fato, a tradução de uma teoria da ação moral para a ação econômica. O ponto de distinção, no entanto, é que ainda que o prazer seja facilmente traduzido pela maximização da utilidade, na teoria do consumidor, tal tradução simultânea parece não ocorrer nos agregados teóricos da competição perfeita. Na competição perfeita, por seu turno, a produção de riquezas é o valor maior a ser maximizado, o que não necessariamente coincide com a maximização da felicidade.

Do ponto de vista filosófico, pode-se indicar que a teoria do valor, aquela que determinar o bem de valor intrínseco, a finalidade última da ação correta, sofre algumas

mutações do campo moral para o campo econômico. O economista parece se aproveitar da dificuldade de definir conceitualmente felicidade (Moore, 1903) e, assim, transferir a intuição Utilitarista para uma racionalização econômica, em que a maximização da riqueza produzida é o objetivo último socialmente desejável. Fato esse que situações em que a concorrência falha e firmas se aproveitam da estrutura do mercado para auferir maiores lucro, muitas vezes, são vistas como imorais e sujeitas às intervenções do governo (antitruste e regulamentação econômica). Portanto, a primeira pergunta específica (PE1) pode ser explicitada: como ocorre a assimilação do Utilitarismo como teoria moral no Utilitarismo na teoria econômica? Na sequência, a próxima pergunta (PE2) é: quais implicações no campo moral e no campo científico da apropriação do Utilitarismo pelas Ciências Econômicas?

Adotando outra perspectiva, a teoria econômica neoclássica também fornece um princípio ideal para a ação, baseado na concorrência. De fato, como o nome já afirma, a concorrência perfeita é uma situação não alcançável na prática, livre do conhecimento empírico e dos exemplos observados na realidade. É um conhecimento puro, matematicamente deduzido, e cujo resultado promove um ganho para toda a Sociedade. Assim, explorar o modelo de concorrência perfeita pode ser o mesmo que enveredar por uma metafísica da moral econômica, já que o modelo estabelece o princípio para a alocação de recursos. Sob tal perspectiva, a moral econômica toma forma no *Kantianismo*, dado que está baseada no princípio em um princípio ideal e não-empírico.

A influência do Utilitarismo não é novidade, dado que o Mill é um dos pensadores clássicos explorados nos diversos cursos de História do Pensamento Econômico. Entretanto, a aplicação da racionalização Kantiana não é intuitiva, mas uma ponderação mais profunda deste aspecto aponta que é uma visão não descartada. A interpretação moral da ação econômica, portanto, parece encaixar-se em dois ramos conflitantes da Filosofia Moral, o consequencialismo e as teorias deontológicas. Dessa forma, outra pergunta específica (PE3)

pode ser enunciada: é possível uma teoria deontológica para a moral econômica a partir da teoria econômica neoclássica? Esta pergunta também sucinta uma pergunta específica mais ampla (PE4), qual seja: a moral econômica pode auxiliar nos debates, contrastes e aproximações do Utilitarismo e *Kantianismo* enquanto teorias morais? Em outras palavras (PE5): como a investigação proposta pode contribuir para o campo da Filosofia Moral?

Colocado o problema filosófico em sua visão mais ampla, é possível, ainda, indicar um tema inicial para a investigação. Este tema inicial são os pressupostos do comportamento humano, delineados nas preferências bem-comportadas, como descritos na seção 2.1 deste projeto. Na verdade, a origem e, talvez, o cerne da existência de uma moral econômica em uma dita teoria positiva resta em tais condições antecedentes. Se a busca do máximo valor, dada uma restrição, é o ponto de início para a construção teórica, então, esta é a moral fundamental que rege as decisões e os deveres dos agentes econômicos. Diferente das ciências naturais, em que os pressupostos não estão ligados à ação humana, a teoria econômica está intimamente ligada ao comportamento humano, cuja ação não independe de uma moral. Este ponto é, de fato, reconhecido pelo próprio Friedman (1953, p. 4), quando afirma que “é claro, o fato que a economia lida com a inter-relação de seres humanos, e que o próprio investigador é parte do assunto sendo investigado em um sentido mais íntimo que nas ciências naturais, levanta-se dificuldades especiais em obter objetividade”⁸. As perguntas específicas para o campo da Economia que emergem neste tema inicial são: (PE6) toda ação humana acarreta uma inerente decisão moral?; e (PE7) como pressupostos teóricos baseados no comportamento humano resulta em uma ciência positiva? No campo da Filosofia da Ciência,

⁸ “Of course, the fact that economics deals with the interrelations of human beings, and that the investigator is himself part of the subject matter being investigated in a more intimate sense than in the physical science, raises special difficulties in achieving objectivity [...]”.

a pergunta específica que surge é (PE8): como contrastar a dicotomia “ser-dever ser” nas Ciências Sociais vis-à-vis as Ciências Naturais?⁹

Mas por que enveredar por uma investigação de uma moral econômica? A importância da investigação é explicitar um fundamento moral enraizado na ciência positiva. Tal fundamento potencialmente afeta não apenas como os praticantes moldam o funcionamento da economia, por meio das políticas adotadas, mas também como os pesquisadores escolhem seus problemas de pesquisa ou delimitam suas hipóteses. Em outras palavras, há reflexos na construção e aplicação da teoria. Este é um sentimento (princípio) compartilhado, como reconhece Samuelson, citado por Blaug (1999, p. 190).

[...] observou certa vez Samuelson [...], ‘nunca faltou ao corpo principal da literatura econômica o sentimento de que certa forma de concorrência perfeita representava uma solução ótima! O moderno teorema da mão-invisível apresenta um forte apoio a este sentimento: dadas certas condições, todo equilíbrio em concorrência perfeita no longo prazo produz uma alocação de recursos Pareto-ótima, e toda alocação de recursos Pareto-ótima é um equilíbrio em concorrência perfeita no longo prazo. É claro que isso deixa de lado a justiça da distribuição de recursos inerentes ao equilíbrio em concorrência [...]’ .

Como destacado no trecho, a moral econômica como princípio leva à decisões que maximizam o excedente, sem considerações sobre a distribuição do excedente. Na moral econômica, o que importa é um tipo bem específico de resultado. Como a teoria do valor econômico (maximização da riqueza como valor intrínseco), funciona bem para o problema econômico, do ponto de vista mais, estes resultados podem causar conflitos. Resultados alternativos – que não maximizam a riqueza gerada – são descartadas a priori, isto é, de início há um julgamento moral, do que inclui ou não inclui na decisão econômica. O mundo, não entanto, não se resume a uma economia. Para lidar com estes conflitos, surgem políticas que desviam dos pressupostos de comportamento definidos pela teoria, a maximização do lucro, tais como responsabilidade social e corporativa ou finanças sociais. A teoria não é suficiente

⁹ Ressalta-se que a Economia e a Física possuem estreitas relações, em termos de construção de teorias e formalização matemática, como indicado por Mirowski (1989).

para lidar com os problemas práticos. Assim, a seguinte pergunta específica (PE9) emerge: quais implicações prática e teóricas advindas da revelação de uma moral econômica?

3. RESULTADOS ESPERADOS

Como resultado, espera-se obter pelo menos dois ensaios: (1) o primeiro endereçando o cerne do projeto, ou seja, a moral e a (im)possibilidade de uma teoria positiva nas Ciências Econômicas; (2) o segundo texto focando nas implicações dos fundamentos da moral econômica para a pesquisa científica nas Ciências Sociais, explorando a dicotomia “ser-dever ser” na Filosofia da Ciência; ou (3) uma terceira possibilidade utilizar o debate no âmbito da teoria econômica para extrapolar em uma discussão entre Utilitarismo e *Kantianismo*, contribuindo para a Filosofia Moral. Neste momento, não é possível definir em detalhes o conteúdo ou estrutura dos ensaios, já que o caminho deste tipo de investigação é imprevisível. Todavia, é possível indicar algumas as iniciais em cada tema, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Temas e Respectivas Perguntas Específicas

Tema	Pergunta Específica
Moral na Teoria Econômica	PE1: como ocorre a assimilação do Utilitarismo como teoria moral no Utilitarismo na teoria econômica?
	PE2: quais implicações no campo moral e no campo científico da apropriação do Utilitarismo pelas Ciências Econômicas?
	PE3: é possível uma teoria deontológica para a moral econômica a partir da teoria econômica neoclássica?
	PE9: quais implicações prática e teóricas advindas da revelação de uma moral econômica?
Filosofia da Ciência: Dicotomia “ser-dever-ser”	PE7: como pressupostos teóricos baseados no comportamento humano resulta em uma ciência positiva?
	PE8: como contrastar a dicotomia “ser-dever ser” nas Ciências Sociais vis-à-vis as Ciências Naturais?
Filosofia Moral: Utilitarismo versus <i>Kantianismo</i>	PE4: a moral econômica pode auxiliar nos debates, contrastes e aproximações do Utilitarismo e <i>Kantianismo</i> enquanto teorias morais?
	PE5: como a investigação proposta pode contribuir para o campo da Filosofia Moral?
	PE6: toda ação humana acarreta uma inerente decisão moral?

Fonte: elaborado pelo autor.

4. CRONOGRAMA

Atividades	Período (em trimestre)							
	Ano 1				Ano 2			
	1	2	3	4	1	2	3	4
Consolidação dos fundamentos filosóficos da investigação (cursos, leituras, discussões)								
Versão Preliminar dos artigos								
Discussão e apresentação em congressos, seminários e conferências								
Preparação de versão final dos artigos e submissão para publicação								

Fonte: elaborado pelo autor

5. DISSEMINAÇÃO E AVALIAÇÃO

Como forma de disseminação do conhecimento, espera-se que os artigos sejam apresentados em conferências, congressos e seminários nacionais e internacionais nas áreas de Filosofia, Economia e Administração. Haverá também a organização de três conferências anuais sobre os temas deste projeto, a serem realizadas na instituição sede, FFLCH/USP, momento em que os trabalhos em andamento poderão ser apresentados e criticados por professores e alunos de graduação e pós-graduação. A discussão dos trabalhos ainda em estágio de desenvolvimento poderão auxiliar na avaliação preliminar e na decisão de procedimentos futuros na pesquisa. A submissão para publicação dos artigos é, por fim, o último meio de disseminação da produção científica do projeto.

6. BIBLIOGRAFIA

- BEKMAN, O. R.; COSTA NETO, P. L. O. **Análise Estatística da Decisão**. São Paulo: Editor Edgard Blücher, 1980.
- BETHAM, J. An Introduction to the Principles of Morals and Legislation. Kitchener: Batoche Books, 2000 [Originalmente publicado em 1781].
- BLAUG, M. **A Metodologia da Economia, ou , Como os Economistas Explicam** (2 ed.). São Paulo: Edusp, 1999.
- CHIANG, A. C.; WAINWRIGHT, K. **Matemática para Economistas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CHURCH, J. R.; WARE, R. **Industrial Organization: A Strategic Approach**. Boston: Irwin

- McGraw-Hill, 2000.
- FRIEDMAN, M. **Essays in Positive Economics**. Chicago: Chicago University Press, 1953.
- HAUSMAN, D. M.; MCPHERSON, M. **Economic Analysis and Moral Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- KANT, I. **Groundwork of the Metaphysics of Morals**. (M. Gregor, Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 2002 [Original publicado em 1785].
- MILL, J. S. **Utilitarianism**. Auckland: The Floating Press, 2009 [originalmente publicado em 1879]
- MIROWSKI, P. **More Heat Than Light: Economics as Social Physics, Physics as Nature's Economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- MOORE, G. E. **Principia ethica** (T. Baldwin, Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1903.
- ROBBINS, L. **An Essay on Nature and Significance of Economic Science**. London: Macmillan, 1935.
- SNYDER, C.; NICHOLSON, W. **Microeconomic Theory: Basic Principles and Extensions**. Mason: Thomson, 2008.
- STIGLER, G. J. **The Organization of Industry**. Chicago: Chicago University Press, 1983.
- VARIAN, H. R. **Microeconomia: Princípios Básicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.